BOLETIM
Nº 1 JANEIRO DE 1999

apubh
Associação Profissional dos Docentes da UFMG
Seção Sindical da ANDES - SN

# Servidores confiscados



*Assembléia da Apubh discutiu efeitos da crise sobre a Universidade*

Uma vez mais, a conta da incompetência administrativa é apresentada aos servidores públicos, com o violento aumento da contribuição previdenciária do funcionalismo ativo. Insaciáveis, os detentores do poder assaltam também os aposentados, confiscando-lhes grande parte do benefício. A Ordem dos Advogados do Brasil vai questionar a constitucionalidade da cobrança de contribuição dos aposentados, embasando-se no princípio da irredutibilidade dos salários. Se não for reconhecida a inconstitucionalidade, a Apubh, imediatamente, ingressará na Justiça com mandado de segurança preventivo em defesa de seus associados.

**(Ver também as páginas 3 a 7)**

Editorial*

# Contribuição ou extorsão?

A aprovação, pela Câmara dos Deputados e pelo Senado, do nefasto projeto de lei que cria contribuição previdenciária para os aposentados da União e aumenta a alíquota cobrada dos servidores da ativa impõe-nos a dúvida se escolhemos bem "nossos" representantes naquelas casas legislativas.

Na crise em que estamos mergulhados, causada em grande parte pelo artificialismo da política econômica, a estabilidade da moeda é confundida como fim último, ao invés de meio, para ampliação da justiça e do desenvolvimento. Tal fato gera uma série de efeitos perversos: exacerbação da cobiça material, da competitividade, da imprevidência, da vaidade ou da mera disputa pelo poder puro e simples.

O exemplo último é esse confisco feito em nome de uma sinalização para o público externo. A concessão à agiotagem internacional, em detrimento de quem dedicou uma vida inteira ao serviço público, se mostrou porém inócua: oscilações das bolsas, fuga de capitais, flutuação do câmbio e aumento dos juros não se deixaram afetar pelo jogo de cena montado.

O comportamento da maioria da Câmara dos Deputados e do Senado no *affair* taxação dos aposentados poderia ser classificado de hediondo. Este adjetivo tem, entre outros, o significado de sórdido, nojento, repulsivo, depravado, feio e indigno. Parlamentares flagrados na infeliz postura de optarem pelo "sim" do assalto aos aposentados, por analogia, portanto seriam "insuscetíveis de graça ou anistia " por parte dos eleitores, como o são os autores de crimes considerados hediondos, por força do Artigo 5º, inciso 43, da Constituição Federal.

As justificativas esfarrapadas e pouco convincentes desses proponentes do "sim" não funcionam como atenuantes nem neutralizam as suspeitas de estarem sustentando uma política cuja tônica seria a empáfia de seus condutores ou a satisfação de um mercado que se beneficia de informações privilegiadas para dar vantagens a uns poucos, à custa da tragédia de muitos.

Se entre nós professores existirem marajás com proventos superiores aos do presidente da República, com afastamentos precoces ou com acumulações ilegais, que se corrigissem os desvios e não simplesmente se generalizasse e castigasse a maioria que cumpriu o estabelecido pelas normas vigentes. Até porque o espúrio destas mais se deve aos que as criaram (deputados e senadores) do que aos que por elas são regidos.

Faltam esclarecimentos. Estratégias bem sucedidas num estágio podem ser totalmente inadequadas em outro. A pergunta sobre a quanto de despreparo, subserviência, oportunismo, "espertezas" (falam-se em negociatas) e pouca determinação dos "nossos" representantes se deve a gravidade da crise precisa de resposta. Tivessem congressistas e governo cumprido melhor suas tarefas não estaríamos sendo vitimas do descalabro maior do qual a extorsão é apenas uma de suas facetas.

Como eleitores, cobremos deles mais o que fazem e menos o que falam. (O que fez o Parlamento, em 26 de janeiro, "deliberar" através de um mudo e constrangedor "sim" eletrônico?). Protestemos. E não nos deixemos iludir na próxima oportunidade, se houver.

*** Elaborado pelo Departamento de Aposentados da Apubh.**

# Crise dá o tom do Congresso da Andes

Os debates do 18º Congresso Nacional da Andes–Sindicato Nacional, de 25 de fevereiro a 1º de março, em Fortaleza, se caracterizarão, mais do que em todos os eventos anteriores do gênero, por profundas discussões políticas dos problemas conjunturais e estruturais do país. "Num momento de crise sem precedentes como este, nosso congresso assume uma dimensão política natural, expressando a disposição de luta dos professores universitários para reverter a atual situação", afirma o presidente da entidade, Renato de Oliveira.

O dirigente sindical adianta que temas como a soberania nacional e a defesa das conquistas democráticas serão exaustivamente discutidos, "numa hora em que se torna inadiável repensar o modelo de crescimento econômico implantado". Ele observa, contudo, que as questões sindicais, tanto as gerais como as mais específicas da categoria, não serão deixadas em segundo plano. "Haverá um necessário equilíbrio entre os dois tipos de discussão", prevê.

O temário do 18º Congresso se divide em três grandes planos de discussões e deliberações: "Universidade Pública, Autonomia e Soberania Nacional", "Trabalho Docente: Carreira, Salários, Qualificação, Avaliação e Organização Sindical" e "Questões Organizativas e Financeiras da Andes-SN".

Como subsídio ao debate do temário, serão realizados seis seminários, com palestras de especialistas do Brasil e do exterior: "A Globalização, Neoliberalismo, Desemprego e Crise Social", "Autonomia Universitária: Aspectos Jurídicos e Carreira Docente", "Banco Mundial e Unesco: Política para o Ensino Superior e Sindicalismo", "Ética: Política e Economia", "A Universidade Face às Demandas Sociais e Econômicas" e "Reforma Sindical".

## Correio



### Acertos

Uma das fraquezas da nossa condição humana está no fato de criticarmos as falhas dos outros e nos omitirmos diante dos seus acertos. Gosto sempre de me lembrar disso. Por essa razão, sempre que possível, procuro repensar a minha inserção no conjunto da humanidade e tento corrigir as minhas fraquezas. Dessa forma, viro a mesa e digo ao outro como me sinto feliz com seus acertos.

É nesse sentido que gostaria de cumprimentar a Apubh, através de sua diretoria, pelos acertos que tem demonstrado na condução de nossa associação. Em especial, refiro-me às avaliações apresentadas no "Informativo" número 22, de novembro: são extremamente profundas e bastante conscientizadoras. É graças a idéias como as expostas nos textos do referido Informativo que se formam grupos de resistência às arbitrariedades de uma minoria que oprime e escraviza seus semelhantes.

Professora Rosângela Borges Lima
Departamento de Letras Vernáculas
Fale - UFMG

**Nota da redação**:

A professora se refere à edição do "Informativo" que analisa as mudanças em curso na UFMG, como a flexibilização curricular, as restrições à alocação de bolsas - por falta de recursos – e, especialmente, a definição de critérios de pontuação para a GED.

### Previdência

A contribuição atual para a Previdência, que me é imposta através do contracheque, é de R$ 347,44. Em apenas 12 anos e meio eu já teria direito a um rendimento mensal que corresponde ao número mágico do governo (uma aposentadoria de R$ 1.200,00), se essa contribuição fosse regularmente depositada em caderneta de poupança, com rendimento médio de 1% ao mês.

Em 19 anos e dois meses de depósitos regulares, eu já teria um rendimento equivalente ao meu salário líquido acrescido do valor correspondente à atual contribuição, ou seja, teria direito a uma aposentadoria integral. Isso significa que com 20 anos de contribuição, desconsiderando as flutuações de mercado, já teria contribuído financeiramente o suficiente para uma aposentadoria digna e justa!

Depositando regularmente, o rendimento após 20 anos seria de aproximadamente R$ 3.431,00. Meu salário atual líquido é de R$ 2.716,28!

Imagino que tenhamos de contribuir para o "usufruto" dos recursos da saúde pública pela população como um todo, e por isso acho justo que a aposentadoria seja após 25 anos de contribuição, compensando, assim, algum prejuízo por parte da Previdência.

Mas é mais do que suficiente! O que não é justo é contribuir mais do que isso e ainda ter de pagar plano de saúde.

Professora Grácia Divina de Fátima Silva
Departamento de Química
Icex – UFMG

### Agenda

Parabéns, pessoal da diretoria da Apubh. Parabéns pelo bom gosto e distinção da agenda. Parabéns, Vera Casa Nova, pela escolha dos textos. Parabéns, Marcelo, pelas belíssimas ilustrações.

Obrigada, de coração, pela agenda que vocês prepararam para mim com tanto carinho. Ano que vem, ficarei esperando a Agenda 2000 da Apubh.

Professora Vera Lúcia Maciel Borges
Aposentada – Centro Pedagógico

**Correspondências para esta seção, com a devida identificação do autor, devem ser enviadas para a Assessoria de Comunicação da Apubh, na Rua Artur Itabirano, 70 – São José/Pampulha – CEP 31275-020. Podem ser utilizados também o e-mail correio@apubh-ufmg.org.br e o fax (031) 441-1303. As mensagens poderão ser editadas, para ajuste de tamanho ou para facilitar a compreensão pelo leitor.**

**Aposentadorias**

# Transição atinge os professores ativos

Diante da persistência das dúvidas sobre as novas regras das aposentadorias, originárias da publicação da Emenda Constitucional nº 20, a assessora jurídica da Apubh, Carlésia Martins Augusto, elaborou parecer que oferece esclarecimentos sobre requisitos, idade mínima, tempo de contribuição e regras de transição do sistema antigo para o novo.

O parecer lembra que antes da Emenda nº 20 só existia a aposentadoria por tempo de serviço, o que permitia aos professores se aposentarem mais cedo, já que na categoria o tempo exigido era inferior, em cinco anos, ao estabelecido para a maioria das profissões. As professoras aposentavam-se aos 25 anos de serviço e os professores aos 30, independentemente de lecionarem no primeiro, no segundo ou no terceiro grau.

**DOIS REQUISITOS**

Com a mudança na Constituição Federal, a regra do tempo de serviço foi substituída por dois requisitos exigidos cumulativamente, que são o tempo de contribuição e a idade mínima. Essas novas exigências, de acordo com o artigo 8º da emenda, aplicam-se tanto aos servidores que ingressarão no serviço público como aos que já se encontram no exercício de suas funções.

O mesmo artigo 8º, em seu quarto parágrafo, prevê que o profissional do ensino fará jus a um abono de 17%, se homem, ou 20%, se mulher, para a transformação do antigo tempo de serviço em tempo de contribuição.

Assim, explica o parecer, o professor que encontra-se, atualmente, no exercício do magistério, se quiser aposentar-se, estará sujeito às seguintes normas:

a) regra de transição;

b) deverá ter idade mínima de 48 anos, se mulher, e de 53 anos, se homem;

c) o tempo de serviço será convertido em tempo de contribuição, utilizando-se o abono de 17% (homem) ou 20% (mulher);

d) após a conversão, deverá pagar um "pedágio" (tempo adicional de contribuição) de 20% sobre o tempo que faltar para atingir o período mínimo de recolhimento previdenciário;

e) deverá, ainda, ter pelo menos dez anos de serviço público e no mínimo cinco no cargo efetivo.

Quanto ao professor em atividade que já cumpriu os requisitos necessários para a aposentadoria, conforme as normas anteriores da Previdência, a assessora jurídica da Apubh esclarece que ele detém o direito adquirido, não sendo, portanto, atingido pelas determinações da Emenda Constitucional nº 20. E observa que alguns pontos da reforma previdenciária ainda deverão ser regulamentados por legislação complementar.

# HC tem repasse direto

O Hospital das Clínicas da UFMG já está recebendo os repasses de recursos da União diretamente do Ministério da Saúde, em valores correspondentes ao faturamento integral. O Ministério da Educação continua respondendo pelo pagamento de 60% do valor da folha dos concursados, e o restante é coberto com receitas próprias. Ou seja: nem melhorou, nem piorou. O grande problema continua sendo o teto estabelecido para procedimentos hospitalares, muito inferior aos custos reais. É o que informa a diretora administrativa do HC, Lismar Ísis Campos.

**Hingel**

O 1º vice-presidente da Regional Leste da Andes-SN, José Eustáquio Diniz Alves, e a presidente da Apubh, Laura Stella Miccoli, fizeram, no último dia 26, visita de cortesia ao secretário de Estado da Educação e ex-ministro da mesma pasta, Murílio Hingel, freqüentemente lembrado pela comunidade acadêmica por sua atuação para desburocratizar e agilizar os mecanismos de pagamento das bolsas concedidas pela Capes. Convidado a participar do XVIII Congresso Nacional da Andes, Hingel manifestou sua intenção de comparecer, assegurando que só não irá a Fortaleza se sua presença for, na mesma data, indispensável em outro evento. Neste caso, seria representado por seu adjunto. O secretário recebeu dos representantes dos professores universitários uma cópia da Nota Pública da Diretoria da Andes-SN, publicada em 25 de janeiro, em que a entidade se posiciona de maneira contundente diante da crise enfrentada pelo país e manifesta seu apoio à iniciativa dos governadores de oposição de "preservar a capacidade financeira de seus estados responderem aos compromissos mínimos face às necessidades básicas de suas populações" (ver a íntegra do documento nas páginas 4 e 5). Hingel se comprometeu a encaminhar a nota, pessoalmente, ao governador Itamar Franco.

**Fórum I**

O Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública está discutindo a viabilidade de realização do III Coned, neste ano, de 8 a 15 de outubro. No final de março deverá ocorrer no Congresso Nacional um seminário com os parlamentares sobre a situação da educação no país.

**Fórum II**

Será realizada em 13 e 14 de março, na sede do Sindicato dos Professores, a 1ª Plenária do Fórum Mineiro em Defesa da Escola Pública.

# Nota pública da diretoria da Andes - Sindicato Nacional

A diretoria da Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior, ANDES-SN, reunida em Brasília nos dias 22 e 23 do corrente, analisando a situação atual do país, julga de seu dever manifestar-se à comunidade universitária e à sociedade brasileira em relação ao seguinte:

1 - a crise econômico-financeira que começa a tomar conta do país tem suas raízes na política econômica do Governo Federal, conforme insistentemente apontado pelos mais renomados economistas brasileiros que preservam sua independência intelectual e técnico-científica face aos grandes interesses econômicos beneficiados por esta mesma política;

2 - a iniciativa do grupo de governadores de oposição, buscando preservar a capacidade financeira de seus respectivos estados responderem aos seus compromissos mínimos face às necessidades básicas de suas populações, reivindicando para tanto, por meios absolutamente legais, uma renegociação das dívidas de seus estados, situa-se no campo dos direitos fundamentais das unidades políticas de uma República Federativa, merecendo, portanto, o mais irrestrito apoio da cidadania;

3 - a reação do governo federal, especialmente a inusitada iniciativa de orientar instituições financeiras internacionais a não repassarem recursos para os governos de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, inclusive os correspondentes a projetos já aprovados, tem o claro objetivo de sufocar, através do bloqueio econômico puro e simples, qualquer possibilidade de oposição à política econômica governamental e aos interesses por ela protegidos, atropelando, com isto, os princípios mais elementares do Direito, da civilidade política e do federalismo republicano;

4 - a vergonhosa submissão da maioria do Congresso Nacional aos propósitos do conluio Governo/FMI, materializada mais uma vez na inominável aprovação do desconto previdenciário para os servidores aposentados e no aumento da contribuição previdenciária dos servidores ativos, é a demonstração de que o bloco governista não hesita sequer em saquear os lares brasileiros em seu afã de satisfazer o capital financeiro internacional;

Tais fatos, ao lado de inúmeros outros, mostram que a continuidade da atual política econômica governamental é incompatível com a democracia e com a soberania nacional. Pelo lado da democracia, um a um seus pressupostos vão sendo pisoteados, inclusive pelos poderes cuja funcão precípua é a de velar pelo pacto democrático. Quanto à soberania nacional, esta está sendo simplesmente descartada pelo monitoramento direto da economia nacional pelo FMI, como se tornou absolutamente manifesto nas últimas semanas.

Por outro lado, a recessão combinada ao recrudescimento da inflação, consequências diretas da falência de uma política de estabilização monetária que comprometeu profundamente a estrutura produtiva da Nação, agravará ainda mais as condições de vida da população. O aumento do desemprego, a perda do poder aquisitivo real dos assalariados dos setores público e privado, certamente levarão à generalização de protestos, legítimos e necessários, em todos os quadrantes do país.

Face a esta situação, a diretoria da ANDES-SN alerta, em primeiro lugar, aos professores e à comunidade universitária brasileira sobre a necessidade de organizar a resistência às perdas que o governo tenta nos impor. Em segundo lugar, alerta ao conjunto da sociedade brasileira sobre os riscos implicados na espiral de autoritarismo necessariamente decorrente das opções macroeconômicas do governo federal. Neste sentido, apelamos ao conjunto das forças democráticas do país, sejam os partidos políticos, sejam os movimentos sociais organizados, no sentido de se definir urgentemente uma agenda política que oriente a luta democrática e popular, garantindo a unidade básica das forças comprometidas com a democracia, a justiça social e a soberania nacional.

Finalmente, considera a diretoria da ANDES-SN que, como posicionamento estratégico básico para a definição dessa agenda, se considere, além da necessidade de repactuação da sistemática de pagamento das dívidas dos estados, a necessidade e talvez mesmo a inevitabilidade de uma moratória da dívida externa do país.

## APUBH - RELATÓRIO FINANCEIRO DO ANO DE 1998

| CONTA | JAN | FEV | MAR | ABR | MAI | JUN | JUL | AGO | SET | OUT | NOV | DEZ |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| RECEITAS | 54.566,41 | 54.204,41 | 106.235,95 | 54.741,75 | 79.527,77 | 80.504,01 | 54.786,03 | 54.623,84 | 54.301,91 | 54.064,87 | 53.996,98 | 23,74 |
| ASSOCIAÇÕES DE CLASSE E ENTIDADES | -9.871,58 | -15.842,86 | -29.781,55 | -22.713,30 | -5.217,46 | -19.858,57 | -31.568,43 | -22.290,40 | -12.815,68 | -20.286,42 | -14.839,98 | -438,70 |
| DESPESAS GERAIS | -5.311,01 | -5.035,52 | -10.434,94 | -10.075,98 | -7.937,93 | -6.870,70 | -7.362,04 | -6.543,93 | -5.919,33 | -3.408,30 | -5.379,74 | -5.642,15 |
| DIVERSOS | -902,73 | -103,35 | -892,56 | -1.690,99 | -49.783,92 | -1.464,21 | -1.061,94 | -816,76 | -547,20 | -1.376,97 | -1.390,60 | -320,01 |
| JURÍDICO | -299,53 | -1.732,21 | -868,93 | -379,13 | -1.650,23 | -484,81 | -143,30 | -526,69 | -300,00 | -2.390,06 | -48,10 | -88,68 |
| LIVROS, REVISTAS E JORNAIS | -35,79 | -243,79 | -576,39 | -963,89 | -452,74 | -322,74 | -37,74 | -613,74 | -54,74 | -368,54 | -355,24 | -57,74 |
| MATERIAL DE CONSUMO | -1.553,05 | -1.594,75 | -4.440,71 | -4.863,00 | -1.341,12 | -1.825,90 | -601,62 | -1.154,76 | -1.343,83 | -2.993,00 | -1.856,63 | -1.205,15 |
| MATERIAL PERMANENTE | -867,00 | -700,00 | -1.097,00 | -1.644,00 | -930,00 | | -5.696,00 | | | -334,00 | -18.025,97 | |
| PESSOAL E ENCARGOS | -14.636,70 | -9.987,26 | -13.711,13 | -12.014,83 | -9.308,58 | -10.421,24 | -10.120,01 | -9.969,59 | -9.499,27 | -10.095,41 | -9.551,61 | -16.850,26 |
| PUBLICAÇÕES E DIVULGAÇÕES | -21.930,00 | -1.338,00 | -18.890,50 | -29.400,73 | -26.409,66 | -35.718,59 | -13.458,73 | -4.435,20 | -3.924,00 | -9.875,00 | -54.565,65 | -26.809,18 |
| REPRESENTAÇÃO | -9.047,71 | -25.563,98 | -11.097,97 | -14.788,95 | -25.094,13 | -27.620,45 | -16.006,15 | -11.769,98 | -10.264,62 | -9.910,58 | -9.254,24 | -9.728,12 |
| SERVIÇOS DE TERCEIROS | -4.458,20 | -6.913,12 | -10.490,74 | -5.479,00 | -12.344,33 | -10.520,02 | -6.242,67 | -6.064,86 | -9.883,95 | -7.890,90 | -8.053,56 | -13.875,23 |
| TOTAL DE DESPESAS NO MÊS: | -68.913,30 | -69.054,84 | -102.282,42 | -104.013,80 | -140.470,10 | -115.107,23 | -92.298,63 | -64.185,91 | -54.552,82 | -68.929,18 | -123.321,32 | -75.015,22 |
| SALDO DO MÊS: | -14.346,89 | -14.850,43 | 3.953,53 | -49.272,05 | -60.942,33 | -34.603,22 | -37.512,60 | -9.562,07 | -250,91 | -14.864,31 | -69.324,34 | -74.991,48 |
| RENDIMENTO BANCÁRIO: | 14.997,89 | 1.437,88 | 20.960,27 | 43.030,04 | 275,70 | 12.213,44 | 14.482,79 | 13.971,88 | 11.502,57 | 22.175,74 | 18.745,72 | 11.379,71 |
| SALDO MÊS ANTERIOR: | 947.234,34 | 947.885,34 | 934.472,79 | 959.386,59 | 953.144,58 | 892.477,95 | 870.088,17 | 847.058,36 | 851.468,17 | 862.719,83 | 870.031,26 | 819.452,64 |
| TOTAL DISPONÍVEL: | 947.885,34 | 934.472,79 | 959.386,59 | 953.144,58 | 892.477,95 | 870.088,17 | 847.058,36 | 851.468,17 | 862.719,83 | 870.031,26 | 819.452,64 | 755.840,87 |

OBS.: As despesas com a greve estão concentradas nos meses de ABRIL a JULHO

O detalhamento deste documento se encontra à disposição de todos os associados na sede da APUBH

### Representantes

Reunião do Conselho de Representantes, no último dia 27, definiu o plano de ação para este ano e o calendário de visitas às unidades, onde serão discutidas questões internas, como autonomia, diretrizes curriculares e GED, e externas, como a inserção do movimento docente nas ações políticas conjunturais. A diretoria da Apubh propôs que todas as unidades fossem visitadas em 8 meses, o que exigirá cerca de quatro visitas mensais, e a promoção de debates internos. Conselheiros e diretores de cada unidade serão consultados sobre a melhor maneira de envolver a comunidade universitária na discussão dos problemas acadêmicos e nacionais.

### Parcerias

"É cada vez maior a necessidade da UFMG de participar do desenvolvimento do Estado. Nossa competência é muito grande e pouco utilizada. Temos mais de mil doutores e quase mil mestres. Temos de aproximar mais a instituição da sociedade, inclusive das entidades não-governamentais, sem nos desviarmos dos interesses da Universidade", defendeu o reitor Francisco César de Sá Barreto na abertura do Fórum Parceria Universidade-Empresa, realizado no Auditório da Reitoria, no último dia 26. Para a gerente geral do Instituto Euvaldo Lodi em Minas, Maria Celeste Reis Lobo de Vasconcelos, essa integração é inadiável. "Trabalhar em parceria e cooperação é meta para o século XXI. Precisamos da universidade e dos conhecimentos que ela produz. É uma questão de necessidade da indústria, uma vez que ninguém sobreviverá sem tecnologia", alertou em sua palestra. A gerente avisa que o instituto tem bolsas de estudo sobrando para pós-graduados que queiram se dedicar ao desenvolvimento de pesquisas do interesse das indústrias. Informações podem ser obtidas na Coordenadoria de Transferência e Inovação Tecnológica, no 7º andar do prédio da Reitoria, ou pelo e-mail cteit@reitoria.ufmg.br.

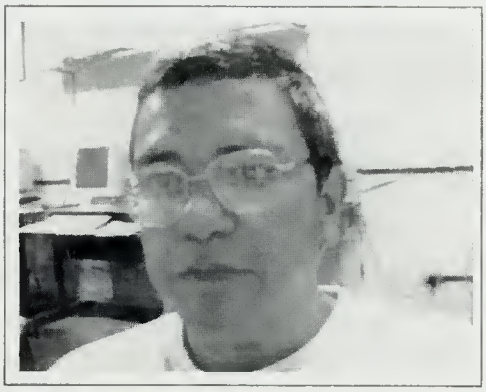
## ENTREVISTA

# "Não podemos deixar tudo virar mercado"

**Este "Boletim" pretende, dentro de suas limitações - entre elas a de espaço –, ouvir, em rápidas entrevistas por telefone, o que pensam os professores da UFMG, independentemente de sua área de atuação e de sua participação no movimento docente, sobre temas de interesse direto da comunidade acadêmica e outros, mais amplos, oferecidos pela conjuntura política e econômica. Nesta edição, o professor José Francisco Sampaio, do Departamento de Física do Icex, expressa, sucintamente, sua opinião sobre questões que vão desde a Gratificação de Estímulo à Docência (GED) até a soberania nacional.**

1- AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA – Vejo com bons olhos uma autonomia administrativa e financeira, desde que seja bem planejada e haja garantia de orçamento para atender às necessidades acadêmicas.

2- GED – Aceitá-la em substituição ao aumento salarial é um erro. Isso deveria ter sido mais pensado. O ideal seria não existir gratificação, bolsa ou qualquer tipo de complemento salarial. O salário é que deve ser suficiente e digno.



3- ESTATUTO – Sobrecarregado de trabalho, não acompanhei bem o processo de elaboração do novo estatuto da UFMG, mas tenho uma posição claramente definida: sou contra a reeleição dos dirigentes. Num ambiente universitário, naturalmente o sucessor daria seqüência às boas idéias.

4- PREVIDÊNCIA – Do jeito que ficou, realmente o país não dá conta. Mas é evidente que o dinheiro foi muito mal administrado. E por isso é indispensável uma transição justa. O fundo único é um erro. Se o dinheiro estivesse separado, destinado apenas ao pagamento dos benefícios, ele seria suficiente. Cobrar de quem já se aposentou é simplesmente imoral.

5- GOVERNO FH - Não sou eleitor desse sociólogo, mas no início da primeira gestão cheguei a acreditar que ele não iria se dar mal. O presidente decepcionou-me muito, cometendo erros gravíssimos na formação de suas alianças políticas. A preocupação excessiva com a reeleição acabou de destruir seu governo.

6-MORATÓRIA MINEIRA – É calote. Do ponto de vista moral é um erro. Mas, diante da lei, dependendo da situação em que o delito ocorreu, o que poderia ser considerado crime deixa de sê-lo. De qualquer modo, a forma utilizada não foi a melhor. O caminho amigável não foi buscado.

7- SOBERANIA NACIONAL - Primeiramente, precisamos saber se temos ou não soberania. A globalização esvazia essa idéia e retira ainda mais recursos dos países menos desenvolvidos. O papel da universidade é muito importante. Ela deve buscar o equilíbrio entre a pesquisa pura e a pesquisa aplicada, voltada para o mercado. Não podemos deixar tudo virar mercado.

# O tamanho do rombo no seu bolso

## Alteração no desconto da Previdência dos ativos*

| Salário bruto | Previdência (R$) | | Imposto de Renda (R$) | | Líquido a receber (R$) | | Diferença | | IR + Previd. (%) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | ANTES | DEPOIS | ANTES | DEPOIS | ANTES | DEPOIS | R$ | % | |
| 1.400,00 | 154,00 | 172,00 | 51,90 | 49,20 | 1.194,10 | 1.178,80 | 15,30 | 1,3 | 15,8 |
| 1.700,00 | 187,00 | 232,00 | 91,95 | 85,20 | 1.421,05 | 1.382,80 | 38,25 | 2,7 | 18,7 |
| 1.900,00 | 209,00 | 272,00 | 118,65 | 109,20 | 1.572,35 | 1.518,80 | 53,55 | 3,5 | 20,1 |
| 2.100,00 | 231,00 | 312,00 | 153,98 | 133,20 | 1.715,02 | 1.654,80 | 60,22 | 3,6 | 21,2 |
| 2.300,00 | 253,00 | 352,00 | 202,93 | 175,70 | 1.844,07 | 1.772,30 | 71,77 | 3,9 | 23,0 |
| 2.500,00 | 275,00 | 392,00 | 251,88 | 219,70 | 1.973,12 | 1.888,30 | 84,82 | 4,3 | 24,5 |
| 2.700,00 | 297,00 | 442,00 | 300,83 | 260,95 | 2.102,17 | 1.997,05 | 105,12 | 5,1 | 26,1 |
| 2.900,00 | 319,00 | 492,00 | 349,78 | 302,20 | 2.231,22 | 2.105,80 | 125,42 | 5,7 | 27,4 |
| 3.100,00 | 341,00 | 542,00 | 398,73 | 343,45 | 2.360,27 | 2.214,55 | 145,72 | 6,2 | 28,6 |
| 3.300,00 | 363,00 | 592,00 | 450,68 | 384,70 | 2.468,32 | 2.323,30 | 145,02 | 6,6 | 29,6 |
| 3.500,00 | 385,00 | 642,00 | 496,63 | 425,95 | 2.618,37 | 2.432,05 | 186,32 | 7,2 | 30,6 |
| 3.700,00 | 407,00 | 692,00 | 545,58 | 467,20 | 2.747,42 | 2.540,80 | 206,62 | 7,6 | 31,4 |
| 3.900,00 | 429,00 | 742,00 | 594,53 | 508,45 | 2.876,47 | 2.649,55 | 226,92 | 7,9 | 32,8 |
| 4.100,00 | 451,00 | 792,00 | 643,48 | 549,70 | 3.005,52 | 2.758,30 | 247,22 | 8,3 | 33,4 |
| 4.300,00 | 473,00 | 842,00 | 692,43 | 590,95 | 3.134,57 | 2.867,05 | 267,52 | 8,6 | 33,4 |
| 4.500,00 | 495,00 | 892,00 | 741,38 | 632,20 | 3.263,62 | 2.975,80 | 287,82 | 8,9 | 33,9 |
| 4.700,00 | 517,00 | 942,00 | 790,32 | 673,45 | 3.392,67 | 3.084,55 | 308,12 | 9,1 | 34,4 |
| 4.900,00 | 539,00 | 992,00 | 839,28 | 714,70 | 3.521,72 | 3.193,30 | 328,42 | 9,4 | 34,9 |
| 5.100,00 | 561,00 | 1.042,00 | 888,23 | 755,95 | 3.650,77 | 3.302,05 | 348,72 | 9,6 | 35,3 |
| 5.300,00 | 583,00 | 1.092,00 | 937,18 | 797,20 | 3.779,82 | 3.410,80 | 369,02 | 9,8 | 35,7 |

## Alteração no desconto da Previdência dos aposentados*

| Salário bruto | Previdência (R$) | | Imposto de Renda (R$) | | Líquido a receber (R$) | | Diferença | | IR + Previd. (%) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | ANTES | DEPOIS | ANTES | DEPOIS | ANTES | DEPOIS | R$ | % | |
| 1.000,00 | 0,00 | 44,00 | 15,00 | 8,40 | 985,00 | 947,60 | 37,40 | 3,8 | 5,3 |
| 1.200,00 | 0,00 | 66,00 | 45,00 | 35,10 | 1.155,00 | 1.098,00 | 56,10 | 4,9 | 8,5 |
| 1.500,00 | 0,00 | 126,00 | 90,00 | 71,10 | 1.410,00 | 1.302,90 | 107,10 | 7,6 | 13,2 |
| 1.700,00 | 0,00 | 166,00 | 120,00 | 95,10 | 1.580,00 | 1.438,90 | 141,10 | 9,0 | 15,4 |
| 1.900,00 | 0,00 | 206,00 | 162,50 | 119,10 | 1.737,50 | 1.574,90 | 162,60 | 9,4 | 17,2 |
| 2.100,00 | 0,00 | 246,00 | 217,50 | 149,85 | 1.882,50 | 1.704,15 | 178,35 | 9,5 | 18,9 |
| 2.300,00 | 0,00 | 286,00 | 272,50 | 193,85 | 2.027,50 | 1.820,15 | 207,35 | 10,3 | 20,9 |
| 2.500,00 | 0,00 | 326,00 | 327,50 | 237,85 | 2.172,50 | 1.936,15 | 236,35 | 10,9 | 22,6 |
| 2.700,00 | 0,00 | 376,00 | 382,50 | 279,10 | 2.317,50 | 2.044,90 | 276,60 | 12,0 | 24,3 |
| 2.900,00 | 0,00 | 426,00 | 437,50 | 320,35 | 2.462,50 | 2.153,65 | 308,85 | 12,6 | 25,8 |
| 3.100,00 | 0,00 | 476,00 | 492,50 | 361,60 | 2.607,50 | 2.262,40 | 345,10 | 13,3 | 27,1 |
| 3.300,00 | 0,00 | 526,00 | 547,50 | 402,85 | 2.752,50 | 2.371,15 | 381,35 | 13,9 | 28,2 |
| 3.500,00 | 0,00 | 576,00 | 602,50 | 444,10 | 2.897,50 | 2.479,90 | 417,60 | 14,5 | 29,2 |
| 3.700,00 | 0,00 | 626,00 | 657,50 | 485,35 | 3.042,50 | 2.588,65 | 453,85 | 15,0 | 30,1 |
| 3.900,00 | 0,00 | 676,00 | 712,50 | 526,60 | 3.187,50 | 2.697,40 | 490,10 | 15,4 | 30,9 |
| 4.100,00 | 0,00 | 726,00 | 767,50 | 526,60 | 3.332,50 | 2.806,15 | 526,35 | 15,8 | 32,3 |
| 4.300,00 | 0,00 | 776,00 | 822,50 | 609,10 | 3.477,50 | 2.914,90 | 562,60 | 16,2 | 32,3 |
| 4.500,00 | 0,00 | 826,00 | 877,50 | 650,35 | 3.622,50 | 3.025,65 | 596,85 | 16,5 | 32,8 |
| 4.700,00 | 0,00 | 876,00 | 932,50 | 691,60 | 3.767,50 | 3.132,40 | 635,10 | 16,9 | 33,4 |
| 4.900,00 | 0,00 | 926,00 | 987,50 | 732,85 | 3.912,50 | 3.241,15 | 671,35 | 17,2 | 33,9 |
| 5.100,00 | 0,00 | 976,00 | 1.042,50 | 774,10 | 4.057,50 | 3.349,90 | 707,60 | 18,0 | 35,0 |
| 5.300,00 | 0,00 | 1.026,00 | 1.097,50 | 815,35 | 4.202,50 | 3.485,65 | 743,85 | 18,0 | 35,0 |

* Tabelas elaboradas pela Adufpel

# *Aedes aegypti* desafia o campus

Desde o último dia 4, quando teve início o grande mutirão de limpeza, o campus da UFMG na Pampulha transformou-se numa verdadeira praça de guerra. De um lado, com todo o seu arsenal de conhecimento, a combativa comunidade universitária, formada pelos alunos, funcionários técnico-administrativos e professores, dispostos a não medir esforços para expulsar o inimigo de seu território. De outro, o invasor, um terrível inimigo, como se verá, que ameaça não só resistir e tomar posse definitiva da área invadida, como também multiplicar seu exército, ocupar de vez todas as ruas da cidade e provocar baixas, muitas baixas nas hostes adversárias, com armas biológicas capazes de provocar em civis e militares desatentos hemorragias muitas vezes fatais.

Derrotá-lo, ou melhor, derrotá-la será tarefa especialmente hercúlea. A fêmea, ou a "pernilonga" *Aedes aegypti,* pequenina como Napoleão (não passa de um centímetro e é menor do que o pernilongo comum, que atenaza a vida dos pobres belo-horizontinos), é uma estrategista de mão cheia. Ela bota nada menos do que 400 ovos em cada ataque, e com isso já infestou de focos todo o campus, desafiando a ciência nacional dentro de um de seus templos.

Sábia, ela não põe todos os ovos em uma cesta só, como ensina a sabedoria popular. Ao contrário, os distribui muito bem. São 15 aqui, 20 ali, outro tanto alhures. E haja exército adversário para localizá-los. No ínfimo espaço de uma tampinha de garrafa, que, lamentavelmente, era facilmente encontrada na imensa área do campus, ela põe cerca de 12 ovos, que vão permanecer em perfeito estado por cerca de 400 dias, mesmo em ambientes secos, como adverte a professora Mônica Meyer.

Dissimulada, ela põe ovos em cor escura, como costumam ser os famigerados suportes de vasos de plantas. E eles, discretamente, se prendem aos recipientes como se fossem uma borra de café. De nada adianta, então, apenas jogar a água fora. É preciso lavar bem o recipiente, esfregando as paredes internas para destruir os minúsculos ovos.

Ela não pica à noite? Pica muito menos, mas pica, sim. Só põe seus ovos em água limpa? Nem sempre. Os bons estrategistas de guerra ensinam que é impossível vencer um inimigo sem conhecê-lo muito bem. Engaje-se no exército formado pela Coordenadoria de Assuntos Comunitários (CAC), informe-se e vá à luta. Essa guerra não pode mais ser adiada, e a UFMG não pode perdê-la.

## Nossacoop oferece empréstimo

Com os juros nas alturas, especialmente nos cheques especiais e nos cartões de crédito, uma boa notícia: a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da UFMG e do Cefet ((Nossacoop) abriu uma nova linha de crédito, o Empréstimo Emergencial, com juros de 4,8% ao mês e prazo máximo de pagamento de 29 dias, que só será concedido aos cooperados em dia com a entidade.

### Aplicação

A Nossacoop está oferecendo também remuneração de 2,5% ao mês para quem tiver dinheiro disponível para aplicar. Outras informações podem ser obtidas pelos telefones 441-4811, 443-6686 e 279-9117, ou, pessoalmente, na Praça de Serviços do Campus da Pampulha, 2º andar, loja 24, e na sala 215 da Faculdade de Ciências Econômicas (Rua Curitiba, 832).

## Unitrabalho abre escritório em Minas

A Fundação Unitrabalho, rede de núcleos com atuação em 74 instituições de ensino superior do país, inaugurou no último dia 20 seu escritório regional em Minas, na sala 4222 da Faculdade de Ciências Humanas (Fafich) da UFMG.

A instituição realiza estudos, pesquisas, consultorias e debates, edita publicações e coordena programas de formação profissional. Seu diretor-executivo, Newton Lima Neto, disse, em palestra na inauguração, que ela já se tornou referência nacional nas relações entre as universidades e os órgãos de sua área.

A Unitrabalho desenvolve projetos demandados principalmente pelo Ministério do Trabalho, associações de classe, estados e prefeituras. Segundo o coordenador do escritório regional em Minas, professor Carlos Roberto Horta, do Departamento de Ciência Política da Fafich, os projetos são sempre concebidos sob a ótica do trabalhador.

**IMPRESSO**

DIRETORIA DA APUBH - GESTÃO 97/99

PRESIDENTE
Laura Stella Miccoli
1º VICE-PRESIDENTE
Otávia Fernandes de Souza Rodrigues
2ºVICE-PRESIDENTE
Beatriz Alencar D'Araújo Couto
1º SECRETÁRIA
Tânia Lúcia Hirochi
2º SECRETÁRIA
Vera Lúcia Fernandes
1º TESOUREIRO
José Antônio Armanelli
2º TESOUREIRA
Rosângela Carrusca Alvim
1º SUPLENTE
Débora Torres Mendes de Oliveira
2º SUPLENTE
Túlio Jorge dos Santos

DIAGRAMAÇÃO
Nilson Ferreira Freitas
JORNALISTA RESPONSÁVEL
Ronaldo Solha - RMT 2216/MG

TIRAGEM: 3.500 exemplares
APUBH - Rua Artur Itabirano, 70
São José/Pampulha - CEP 31275-020
Belo Horizonte - MG
Tel: (031) 441-7211 - Fax: (031) 441-1303
e-mail: correio@apubh-ufmg.org.br
*home page*: http://apubh-ufmg.org.br